



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input checked="" type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Praça Roosevelt - Da trivialidade arquitetônica ao espaço público por excelência

Praça Roosevelt - From architectural trivialization to public space par excellence

Praça Roosevelt - De la arquitectura trivial al espacio público por excelencia

GALVÃO, Ricardo Marchesini (1)

(1) Mestrando, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, Pós-Graduação em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil; e-mail: rmgalvao@gmail.com



Praça Roosevelt - Da trivialidade arquitetônica ao espaço público por excelência

Praça Roosevelt - From architectural trivialization to public space par excellence

Praça Roosevelt - De la arquitectura trivial al espacio público por excelencia

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a nova Praça Roosevelt, reaberta ao público em setembro de 2012. Partindo do seu histórico – uma praça modernista inserida em um modelo urbano adotado em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 que priorizava o automóvel – passando pelo desenvolvimento do novo projeto – centralizado pelo poder público municipal em meio a conflitos entre diferentes agentes da sociedade – e chegando ao projeto construído – sua estrutura física, tectônica e seus usuários –, foi possível verificar na nova praça poucas modificações em comparação ao primeiro projeto, trazendo à atualidade os mesmos problemas identificados antes de sua reforma. No entanto, em que pese as deficiências arquitetônicas verificadas no projeto atual, essa mesma praça serviu de palco para as principais manifestações de junho de 2013, o que nos permite tecer algumas reflexões sobre a carência de intenção arquitetônica nos espaços públicos de São Paulo e sua apropriação pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Praça Roosevelt, espaço público, crítica de arquitetura

ABSTRACT

This study aims to analyze the new Roosevelt Square, reopened to the public in September 2012. Starting from its history – a modernist plaza inserted in an urban model adopted in São Paulo in the 1950s and 1960s that prioritized the car – including the development of the new design – centralized by the municipal government in the middle of conflicts among the social actors involved – and analyzing the built project – its physical structure, tectonics and its users – we could verify in the new plaza few modifications compared with the first project, bringing to the present the same problems identified before its renovation. However, despite the architectural deficiencies found in the current project, this same square witnessed the major protests of June 2013, which allows us to make some reflections on the lack of architectural design in public spaces of São Paulo and on its appropriation by society.

KEY-WORDS: Roosevelt square, public space, architecture review

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar la nueva Plaza Roosevelt, reabierto al público en septiembre de 2012. Partiendo de su histórico – una plaza modernista inserida en un modelo urbano adoptado en São Paulo en las décadas de 1950 e 1960 que priorizaba el automóvil – pasando por el desarrollo del nuevo proyecto – centralizado por el poder público municipal en medio de conflictos entre los distintos agentes de la sociedad – y llegando al proyecto construido – su estructura física, tectónica y sus usuarios –, fue posible verificar en la nueva plaza pocas modificaciones en relación al primer proyecto, trayendo a la actualidad los mismos problemas identificados antes de su reforma. Sin embargo, aún con las deficiencias arquitectónicas verificadas en el proyecto actual, esa misma plaza sirvió de palco para las principales manifestaciones de junio de 2013, lo que nos permite tejer algunas reflexiones sobre la carencia de intención arquitectónica en los espacios públicos de São Paulo y su apropiación por la sociedad.

PALABRAS-CLAVE: Plaza Roosevelt, espacio público, crítica de arquitectura

1 INTRODUÇÃO

Em 1961, a jornalista e crítica de arquitetura norte-americana Jane Jacobs, em resposta às intervenções urbanas que o poder público vinha implantando em diversas cidades, baseado – em suas palavras – em um urbanismo moderno ortodoxo, escreve um dos mais influentes e conhecidos livros de urbanismo do século XX, *The Death and Life of Great American Cities*. Nele, questiona-se como um urbanismo rodoviarista e influenciado pelo zoning modernista contribuiu para acabar com a vida de alguns bairros, em oposição a uma urbanização mais natural, orgânica, cotidiana, sem a presença de uma autoridade que determine o que vem a ser melhor para cada região da cidade.

Pode parecer que qualquer trabalho hoje que comece evocando uma vez mais a figura de Jane Jacobs, ao lado de seu famoso, já dissecado e quase ultrapassado livro, recaia sobre antigas e exaustivas discussões sobre o conflito exposto entre um urbanismo moderno imposto de cima com a riqueza da diversidade social e cultural existente no plano da cidade, invisível ao arquiteto que projeta apenas sobre sua prancheta. No entanto, o que deveria causar tédio por já ser evidente, por estar supostamente fixado ao bom-senso de arquitetos e urbanistas – principalmente daqueles que atuam sobre espaços públicos e participam mais diretamente sobre a dinâmica urbana de uma cidade como São Paulo –, demonstra-se, cinco décadas mais tarde, com uma impressionante aparência de novidade.

A forma como o evidenciamos vem da análise da Praça *Franklin Delano Roosevelt*. Fruto do desenvolvimento rodoviarista dos anos 1960 e localizada sobre uma das áreas mais complexas do centro da cidade de São Paulo, ela foi recentemente reaberta ao público após quase quinze anos de discussões sobre o projeto e mais de dois anos de obras. Inaugurada às pressas devido às eleições municipais, em setembro de 2012, verificamos que após um primeiro momento de alvoroços e entusiasmos, onde a praça recebia visitas diariamente de curiosos que vinham de diferentes pontos da cidade para conhecê-la, foi ocorrendo um gradual esvaziamento de seus espaços. Hoje, fica a impressão de que seu uso se resume a fluxos e passagens de pedestres, não possuindo características arquitetônicas capazes de integrá-la ao imaginário cultural da cidade.

No entanto, chama-nos a atenção como um espaço resultante de um projeto sem grandes pretensões urbanas e arquitetônicas serviu de palco a série de manifestações ocorridas nos últimos anos na cidade, que acabaram por apropriar-se dessa praça para expor suas reivindicações: manifestações de caráter cívico, político, social e cultural, que lhe conferem a impressão de um legítimo espaço público de representação democrática e expressão popular.

Dentro desta aparente contradição, e sem pretender esgotar o tema para chegar a um final conclusivo, trazemos aqui alguns elementos que podem sugerir caminhos a seguir, bem como reflexões sobre o lugar do arquiteto na relação entre o projeto do espaço público e sua apropriação pela população. Não podemos esquecer que se trata de uma obra recentemente inaugurada, o que implica em admitir futuras mudanças de uso; porém, em seu pouco tempo de vida, já é possível observar comportamentos, apropriações e ocupações que apontam a determinadas leituras.

Estas são aqui realizadas partindo-se de uma perspectiva histórica, que busca as fundamentações do projeto original de 1967, com a finalidade de rebater essas informações sobre o processo de projeto, os partidos adotados e o debate entre os diferentes agentes da sociedade, entendendo que o substrato histórico de um dado lugar projetado sobre o presente

pode trazer revelações importantes sobre o seu comportamento. A partir da relação entre a história e o projeto é que se estabelece uma leitura do espaço físico construído baseada em teorias sobre a arquitetura como espaço público e sua apropriação como paisagem urbana.

2 A PRESENÇA OCULTA DA HISTÓRIA

Inúmeros são os trabalhos que se debruçaram sobre a recuperação e análise histórica da concepção, do projeto e da construção da Praça Roosevelt, bem como de suas condicionantes e implicações urbanas, paisagísticas e arquitetônicas, além das relações sociais, culturais e políticas com a cidade de São Paulo. Estes trabalhos certamente se utilizaram de instrumentos metodológicos que demandam tempo e um rigor científico que não são os mesmos requeridos por um ensaio crítico, o qual se volta sobre o objeto atual e, partindo de teorias, produz um juízo estético sobre determinada obra¹.

Desta maneira, evocaremos os principais pontos da história do objeto buscando não reconstituir sua história, em sentido sincrônico, mas procurando nesses fatos pontuais algum espectro, alguma significação – o *genius* do lugar, parafraseando o arquiteto Christian Norberg-Schulz² – que tenha sido transmitido pelo tempo e ecoe sobre a praça nos dias atuais; uma espécie de aura benjaminiana constituída com o passar do tempo que se evidencia não apenas na materialização espacial do projeto, mas também na relação entre o ambiente e seu observador mediada por um substrato social e histórico invisível aos olhos, mas sensível ao seu *espírito*.

Historicamente, a Praça Roosevelt pode ser situada no encontro de um urbanismo rodoviário que evoca as primeiras grandes obras viárias norte-americanas do início do século XX com um paisagismo moderno de origem californiana que se expressava por meio de formas geométricas e de um programa funcionalista. Exemplos deste modelo podem ser observados em algumas cidades norte-americanas durante a década de 1930 que deram início às construções de *vias expressas* (*freeways*), procurando adaptar a cidade existente ao expressivo aumento do uso do automóvel (símbolo de uma crescente classe média americana), associado à constituição de novos subúrbios (local de moradia dessa classe média) com lugares de trabalho (o centro da cidade) e áreas de lazer (as praias costeiras e zonas rurais). Esse modelo de composição urbana, evidentemente apoiado sobre o *zoneamento* modernista, será levado a cabo pela figura do engenheiro norte-americano Robert Moses (1888-1981), quem atuará principalmente na cidade de Nova Iorque durante quase cinquenta anos, encontrando admiradores em diversas partes do mundo.

Este é o caso da cidade de São Paulo, que convidará Moses em 1949 para desenvolver o chamado “Plano de Melhoramentos Públicos para São Paulo”, uma complementação do sistema radio-concêntrico proposto pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia com as vias

¹ Usamos aqui a definição de crítica apontada pelos arquitetos Josep María Montaner e Silvia Arango. O primeiro defende que “a crítica comporta um juízo estético [que] consiste na atribuição de um valor pessoal da obra arquitetônica” (MONTANER, 1999, p:7), enquanto para Arango, a “crítica pode ser definida como a capacidade de julgar, [sendo] importante estabelecer as peculiaridades do juízo em arquitetura” (ARANGO, 2013, p:15).

² O arquiteto Christian Norberg-Schulz desenvolve uma definição para o conceito de *Genius Loci* em seu livro *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*, 1980, utilizando este conceito em diversas obras posteriores. Trata-se de um conceito com origem romana que aborda fenomenologicamente a relação de um ambiente físico – e suas propriedades sociais, culturais, arquitetônicas, históricas, entre outras – e um determinado observador, resultando daí um lugar portador de identidade.

expressas que evitam cruzamentos em níveis, impedindo a criação de bulevares arborizados como pretendia o engenheiro brasileiro em detrimento de um urbanismo que rompe com o *“tecido urbano que atravessa, pouco importando se o destrói ou não”* (ANELLI, 2007). Deste modelo urbano nasce a concepção do complexo viário radial Leste-Oeste, que rompe com o traçado urbano ora por uma via elevada – o Elevado Presidente Artur da Costa e Silva –, ora pela ocupação de um vale – a Avenida Radial Leste-Oeste. **Espacialmente**, é na transposição destas duas escalas que contrariam a figura do ser humano não apenas como usuário por excelência do espaço público, mas como o próprio agente produtor deste espaço, que se situa a Praça Roosevelt.

Desde o início, o projeto encomendado pela prefeitura em 1967 ao escritório J.C. de Figueiredo Ferraz, realizado em conjunto com o paisagista Roberto Coelho Cardozo e com os arquitetos Antonio Augusto Antunes Netto e Marcos de Souza Dias, buscou como partido a relação da praça com a passagem do sistema viário subterrâneo e suas alças de acesso, além da adequação a uma violenta condição topográfica tanto existente quanto a que resultou do projeto viário (DIAS, 1970, p:11). O resultado foi a opção por um programa que proporcionasse à praça uma escala espacial e de uso correspondente ao sistema viário que a definia, pondo em jogo uma disputa de tensões que encontrou sua solução na concepção de um edifício-praça, dentro do ideal de um paisagismo moderno que há tempos já trabalhava o conflito automóvel X espaço público em diferentes níveis, como o projeto para o Kaiser Center Roof Garden (1960), em Oakland, de Osmundson e Stanley, ou para a Ghirardelli Square (1962-65), em São Francisco, de Lawrence Halprin, ou, ainda, o Constitution Plaza (déc. 1960), em Hartford, de Sasaki, Dawson e De May (ALEX, 2008, p:112-119).

O projeto final, concluído e aberto ao público em 1970, contava com uma área construída de 65 mil m², sendo que 19 mil m² foram destinados ao estacionamento e 17 mil m² ao sistema viário (ou seja: 55% do total construído voltado ao automóvel). Quanto às áreas para pedestres, com exceção de uma pequena porção ao redor da Igreja da Consolação, todas as demais foram projetadas sobre lajes de concreto que formavam a cobertura do estacionamento ou a cobertura da própria praça.

Logo após sua inauguração e passado o alvoroço inicial sobre sua abertura, a praça vai sofrendo um processo de rejeição e abandono do público morador da região (YAMASHITA, 2013, p:46), sendo ocupada pelo “submundo moderno”, como a prostituição e o consumo e tráfico de drogas. Essa ocupação “indesejada”, somada ao descaso típico do papel do Estado na gestão e manutenção desses espaços nas cidades brasileiras, leva à contínua degradação das estruturas físicas e do uso da praça, gerando constantes reclamações e pressões dos moradores perante o poder público para a requalificação do espaço. Entretanto, todos os investimentos (públicos e privados) se voltaram a intervenções de baixo ou nenhum impacto, fazendo a praça retomar em pouco tempo o estado de abandono e deterioração que parecia ser intrínseco ao seu destino.

Essas transformações, que vão desde propostas arquitetônicas nunca executadas, passando por pinturas, mudança no programa, inserção de equipamentos públicos, gradeamento e controle de uso e de horários de acesso, demonstram que a dinâmica presente desde a concepção do projeto viário para a região, que retira a praça de uma lógica local para inseri-la no centro de um jogo de forças metropolitanas, mediando conflitos de escalas e localizada em uma região suscetível de intensas modificações com o passar do tempo, não pode ser ignorada ou contornada com intervenções de *menor força*. Demonstram, talvez, que o espírito que ali

se hospedou não deixará seu *locu* enquanto este não for repensado em seu partido, enquanto não surgir em seu lugar a representação de outra época, de um novo modelo urbano que reconhece a falência do urbanismo voltado ao automóvel e proponha, sobre ele, uma nova praça voltada às exigências atuais da população dentro do ambiente urbano contemporâneo.

3 O PROJETO DE UM NÃO-LUGAR

Neste cenário de transformações que emoldura a história da Praça Roosevelt surge, em 1995, a possibilidade de um novo projeto, uma “*recuperação orientada para a revalorização*” (YAMASHITA, 2013, p:143) deste espaço a partir de uma proposta da antiga EMURB (Empresa Municipal de Urbanismo – atual SP Urbanismo), que insere a praça em um amplo programa de recuperação das áreas centrais da cidade. O projeto, apresentado em 1997, passa por inúmeras alterações até sua versão final, de 2005 (uma revisão da proposta apresentada em 2001 pela EMURB), sendo coordenado principalmente pelo arquiteto Rubens Reis e adquirindo contribuições dos escritórios Figueiredo Ferraz (responsável pelo projeto executivo) e Borelli & Merigo (responsável pela adaptação do projeto executivo ao projeto construído no local).

Muitos foram os agentes que participaram do processo de projeto durante seu desenvolvimento, como a Ação Local Roosevelt (derivação da Associação Viva o Centro), o Instituto Polis, o IAB e a Escola da Cidade, que juntos formaram em 2006 o Comitê Gestor Roosevelt. Embora não seja o objetivo deste trabalho prolongar a discussão sobre a relação desses agentes e o resultado arquitetônico e urbanístico do projeto, vale ressaltar a diferença de poder de representação que cada um desses grupos angariava junto ao poder público, com especial atenção à Ação Local Roosevelt³.

Este conflito entre diferentes valores apontados por cada grupo, somado ao fraco desempenho assumido pelo poder público no encaminhamento e assessoramento das discussões, além da ausência de uma centralidade representada por um arquiteto que possa ser associado à figura do autor do projeto, tiveram um importante papel na definição do programa arquitetônico que compõe o resultado final, sendo possível a verificação desses embates na leitura do espaço físico da praça. Se, inicialmente, a praça já se demonstrava fragmentada entre diversos órgãos e entidades que não se reconheciam no espaço total da praça, o programa atual traz para o presente essa mesma sensação, de uma descentralização e fragmentação de propostas carentes de uma ideia central, seja ela uma intenção da prefeitura, um acordo dos agentes envolvidos ou um partido arquitetônico forte o suficiente para mediar esses conflitos.

Segundo Reis, “*muitos dizem que [o projeto] não é audacioso, mas não era para ser audacioso mesmo (...). O programa se propunha a ser um programa simples*” (apud YAMASHITA, 2013, p:370). Uma simplicidade que confunde programa com partido, e por diversas vezes incoerente com o desejado pelo projeto, uma vez que mesmo sendo cogitados pistas de *skate*, quadras, teatro de arena, espaços para feiras de rua, uma nova sede para o Centro de Informação da Mulher e um telecentro, um programa abrangente e representativo dos diversos públicos da região, o resultado foi o seu completo esvaziamento, deixando-se de lado todas essas solicitações – com exceção de uma espaço para animais de estimação, localizado

³ Formada em 1995, foi o primeiro órgão a dialogar com a Prefeitura com relação à Praça Roosevelt e sua possível reformulação. É estruturada dentro de uma lógica de *revitalização* do centro, buscando sua re-ocupação por uma classe média e alta a partir de investimentos públicos e privados em equipamentos culturais.

sobre onde estava previsto o telecentro. Basicamente, o mesmo existente antes da intervenção, mas constituído em um único nível após a demolição das lajes.

O resultado final do projeto nos leva a algumas questões que vão desde a responsabilidade do poder público em suas propostas de intervenções urbanas até uma aparente inocência arquitetônica que parece esconder atrás da ideia de simplicidade a opção pelo menor número possível de atividades para evitar qualquer futuro conflito entre os usuários, bem como diminuir a responsabilidade da gestão desse espaço. Mas será que podemos continuar acreditando que estes espaços podem ser mantidos sem uma forte presença do poder público? Será que simplicidade pode ser confundida com o esvaziamento de um espaço público, retirada de todas as suas atividades, inibindo o seu uso e, assim, facilitando sua gestão? Ou deveríamos pensar em como tornar administrável, dentro de nossa realidade, o mais completo programa possível, dentro de uma complexidade espacial que atraia usuários, contribuindo para a construção de um sentido de urbanidade? Ainda que estas questões perpassem a análise da Praça Roosevelt, nos ateremos aqui a verificar como esse projeto se materializa espacialmente e condiciona determinados usos, o que nos levará a relacionar o projeto proposto, dentro de uma continuidade histórica, à leitura de seus espaços atuais, entrando, nas palavras do arquiteto Josep María Montaner,

na substância mesma do objeto que será criticado, recebendo estímulos sensíveis de suas melhores qualidades, de suas próprias contradições e dos problemas irresolutos que permanecem escondidos na obra (1999, p:19).

4 A CONSTITUIÇÃO DO VAZIO

Assim como em um texto, a *paisagem* apresenta uma estrutura de fundo que permite múltiplas apropriações, compondo-se – harmoniosamente ou não – com o usuário que a interpreta. A relação com o texto nos permite combinar uma leitura morfológica e uma sintática: da descrição de seus elementos (*estética*: verbos, substantivos, adjetivos = formas, cores, luz) à leitura de seus significados a partir de relações diversas (*poética*: sensações, sentimentos, implicações). É sobre esta interpretação que pretendemos realizar uma análise do espaço construído da Praça Roosevelt.

O acompanhamento do funcionamento da praça desde sua inauguração permite verificar um sutil esvaziamento do público. Se inicialmente muitos usuários vinham de diferentes lugares para conhecê-la, percebemos que o passar do tempo restringiu a praça aos poucos grupos que a frequentam nos dias de semana – como os *skatistas*, os jovens estudantes da Escola Estadual Caetano de Campos, os pais e as babás que levam suas crianças à EMEI Patrícia Galvão – e aos moradores da região que passeiam por ela com seus animais de estimação. Ainda que pareça um público considerável, o que percebemos na maior parte do tempo é um grande espaço ocioso com pequenas áreas ocupadas e em momentos tão específicos do dia (como o intervalo das aulas) que são incapazes de conferir à praça um uso contínuo (Figura 1). Mesmo em horários que deveriam contribuir para uma maior circulação de pessoas (como ao meio-dia, horário de almoço, ou no final da tarde, com o fim do turno de trabalho), não é possível verificar uma alteração significativa no seu funcionamento; não vemos o *balé da praça*, expressão de Jane Jacobs para descrever o comportamento dos usuários da Rittenhouse Square, na Filadélfia (JACOBS, 2000, p:105).

Uma grande laje de concreto, sem proteção ao clima (sombras para o sol e coberturas para a chuva), sem ambientes de estar, mesas para xadrez, bancos com encostos em lugares

convidativos, sem um gramado natural que permita ser pisado pelo usuário, sem possibilidade de contemplação visual, de leitura de um livro, de sentar-se para almoçar, de esperar pela chegada de um amigo, como em um ponto de encontro que aos poucos se transforma em um lugar significativo. Ao mesmo tempo em que a praça não oferece atividades, verificamos uma confusa integração com a cidade: viram-se as costas para a Igreja da Consolação e seu aconchegante e permeável bosque natural (com o qual se pretendia uma completa integração), criam-se obstáculos físicos e visuais com a Rua João Guimarães Roda (a única que permanece em todo seu perímetro no mesmo nível que a praça) e mantêm-se os dois acessos principais vigiados pelas bases da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar, esta última detentora da única construção da praça, “*onde foi gasto uma fortuna*” (REIS, apud YAMASHITA, 2013, p:367).

Figura 1: Praça Roosevelt. Aproximadamente 25 mil m² e pouco mais de 30 usuários.



Fonte: Acervo pessoal do autor

Apenas em parte da Rua Martinho Prado é que se estabeleceu uma proporção harmoniosa e convidativa que permita a relação visual através de baixos lances de escada em meio a um ambiente arborizado, com algum comércio e uma definição espacial proporcionada pelo conjunto de edifícios residenciais sem recuos. Uma região em escala humana, de dimensões e usos voltados ao pedestre, seja ele um morador ou um passante frequentador da região. Soma-se também o fato da existência de grupos de teatros (aqueles que aguentaram a avalanche de valorização imobiliária) e da SP Escola de Teatro, que compõe com as escadarias da praça uma espécie de teatro de arena oculto.

Porém, trata-se de uma relação apenas no nível da rua, que desaparece quando adentramos na praça. Esta permanece sem um referencial significativo, carece de um marco onde o inconsciente possa se assegurar, se identificar. Qualquer possível riqueza espacial que o desenho da planta poderia insinuar desaparece quando nos posicionamos como frequentador

no espaço já construído; o jogo de curvas dos canteiros passa despercebido, remetendo a uma confusão de formas sem unidade que também ecoará na marcação vermelha do piso, um forte eixo que desaparece despreziosamente sob o pergolado e as árvores do bosque da igreja. Com o pouco número de usuários, abre-se lugar para o *desenho* puro e descontaminado da praça, aflora o *desenho* como estética construída e evidencia-se o comportamento do cidadão no espaço público: emerge assim o desenho da própria sociedade.

Outro eixo – formado por um bulevar que liga a Rua da Consolação à Rua Augusta – acentua um plano contínuo que não estabelece nenhuma relação visual com o entorno devido às diferenças de nível; a atenção do usuário desaparece no horizonte infinito produzido pela escala desumana do sistema viário leste-oeste, transcendendo o ser humano do espaço físico e protegido de uma praça tradicional para ver-se exposto em sua forma mais indefesa e natural. Um espaço que desaparece, perde seus símbolos, sua base, suas fundações, em meio a um ambiente inóspito, justamente aquele que resulta na total ausência de uma intenção de projeto: se o **espaço** desaparece, permanece o **tempo**, resquício histórico que remete não apenas à origem da praça – o *loci* onde ainda reside o espírito de outra época – mas à origem do próprio espectador.

A todos esses fatores, acrescenta-se ainda a forte presença do entorno urbano, não em sua composição arquitetônica, mas na dinâmica que relaciona praça e cidade no interior de intensas transformações urbanas. Trata-se aqui de um modelo urbano que vem sendo abraçado nas últimas gestões que articula uma forte especulação imobiliária a uma ocupação de lote que cria grandes torres sobre dois ou três níveis de sobressolos voltados exclusivamente a estacionamentos particulares atrás de recuos frontais de cinco metros sem qualquer uso (muitas vezes um gramado que supre a necessidade de áreas permeáveis sem nenhuma qualidade urbana e habitacional). Os novos moradores já se inserem na região afastados da cidade, local da insegurança e do medo, influenciando no uso atual de diversas ruas do centro, como a Augusta, a Frei Caneca e reduzindo a presença do pedestre em bairros como Bela Vista ou Vila Buarque.

Em suma, parece faltar um programa de *primeira necessidade*, como aponta novamente Jane Jacobs (2000, p:117), alguma proposta que atraia diferentes usuários articulada com um espaço arquitetônico de qualidade tanto no desenho como na construção, compondo uma paisagem que refletirá o verdadeiro espaço público dentro de uma escala de intervenção que entenda a praça como integrante de um dinâmico sistema urbano.

5 DA RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR À SUA AUTONOMIA ANTE A ARQUITETURA

Curiosamente, ao que parece contrariar todo o exposto acima, desde sua precoce reabertura em setembro de 2012, a Praça Roosevelt foi o cenário das mais diversas manifestações populares, como *Amor sim, Russomano não!* (out. 2012), *Existe amor em SP* (out. 2012) e a *Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Minorias* (abr. 2013), além de inúmeras passeatas que a utilizaram como ponto de referência para trajetos em meio às manifestações de maio e junho iniciadas pelo Movimento Passe Livre. Vale lembrar ainda que foi nas proximidades com a Praça Roosevelt onde ocorreu o mais divulgado confronto de manifestantes com a Polícia Militar (13 de junho de 2013).

Como explicar, então, que um espaço supostamente sem qualidades arquitetônicas, com uma presença frágil em um meio urbano tão repressor, sirva de cenário para eventos cívicos, sociais

e políticos dessa magnitude, levando-nos (parafrazeando o geógrafo Milton Santos) ao *espaço do cidadão* por excelência? Um espaço vazio de significados, mas pleno de liberdade: nas palavras do arquiteto Ignasi Solà-Morales, esses locais da cidade são denominados *terrain vague*, e resultam

ser os melhores lugares de sua identidade, do encontro entre o seu presente e seu passado ao mesmo tempo que se apresentam como único reduto descontaminado para exercer a liberdade individual ou a de pequenos grupos. (2003, p:105)

De igual maneira, Milton Santos nos brindará com a relação entre o espaço sem significados e a busca pela liberdade plena:

nenhum ser humano se contenta com a simples aparência. A busca da essência é a sua contradição fundamental (...). Quando a aparência se dissolve, é a essência que começa a se impor à sensibilidade. Essa mutação é reveladora porque permite abandonar o mundo do fenômeno e abordar o universo das significações. É assim que renasce o homem livre. (SANTOS, 2007, p:53 – grifo nosso)

Quando o projeto da Praça Roosevelt se propõe a ser simples, a não evocar espíritos ocultos na história e no espaço da cidade, dissolve-se o mundo das aparências e aquele ser humano ou grupo exposto no lugar que já não é mais público, mas íntimo, busca sua essência com maior liberdade.

Neste sentido, também devemos contextualizar a reabertura da Praça Roosevelt dentro de um processo que eclodiu dois anos antes em diversos lugares do mundo, relacionando o espaço público das cidades com o universo virtual através de manifestações convocadas por redes sociais. É o caso das manifestações que reivindicaram a derrubada dos governos ditatoriais no norte da África (Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen), daquelas que ocorreram na Europa decorrentes da crise econômica (Espanha, Portugal e Grécia), no Chile, iniciadas por problemas ligados à educação universitária, para eclodir em Wall Street, coração da economia norte-americana, com centenas de manifestantes ocupando o principal espaço público do sistema capitalista no movimento que ficou conhecido como *Occupy*.

Em artigo escrito em fevereiro de 2012 retratando os diversos movimentos de protestos em 2011, o historiador Henrique Carneiro chama a atenção para o fato de que o caso brasileiro *“ainda não teve movimentos da mesma magnitude que os de outros países”* (CARNEIRO, apud HARVEY et al. 2012, p:12 – grifo nosso). Seria, talvez, uma premonição de que algo estaria por ocorrer, um rumor público que, quando estourou, encontrou na Praça Roosevelt o lugar ideal para ser ressignificado expondo a nu a população e suas reivindicações.

A exemplo de outras manifestações ao redor do mundo, o espaço público escolhido raramente apresenta alguma qualidade arquitetônica que possa ser entendida como indutora de qualquer comportamento cívico. Em Buenos Aires, em que pese a excelente qualidade de seus novos parques (*Parque de las Mujeres Argentinas, de la Memoria, Micaela Bastidas*), as manifestações políticas continuam sendo feitas na Praça de Maio. A Praça *Taksim*, em Istambul (Turquia), ou a *Bardo*, em Tunes (Tunísia), também são espaços que fogem dos reconhecidos conceitos arquitetônicos contemporâneos e ainda assim serviram de cenários para as mais recentes manifestações políticas em seus respectivos países.

Entretanto, não podemos, evidentemente, ignorar que uma boa arquitetura é responsável por conferir grande qualidade aos espaços que projeta; e que, tratando-se de espaços públicos, verificamos uma grande carência da atuação dessa boa arquitetura nas cidades brasileiras. Inclusive, podemos remeter grande parte das reivindicações nas recentes manifestações a problemas relacionados à arquitetura e ao urbanismo - resumidos pelo *direito à cidade*, ao

espaço público de qualidade – ainda que parte da população não o perceba conscientemente (informação e conhecimento que caberiam ao arquiteto e a suas organizações difundirem na sociedade).

Seria, talvez, o caso de utilizarmos o espaço que nos é dado para demonstrar a importância que corresponde à arquitetura na conformação da cidade, expondo à população os benefícios dessa *boa* arquitetura. Levar a crítica para fora do meio acadêmico e profissional através, justamente, dos projetos construídos: mais que artigos ou livros não especializados, tratar o próprio projeto – de preferência, do espaço público – como uma crítica ao estado presente de nossas cidades. Como aponta Hugo Segawa, “*a crítica para os não-arquitetos deve ter uma construção especial, tão especial a ponto de ser interessante para os não-arquitetos como também interessar a arquitetos*” (2013, p:177). *Justamente o inverso do proposto na Praça Roosevelt*, onde, ainda na etapa de elaboração do projeto eliminou-se a organização de um concurso público sem qualquer justificativa razoável⁴, eliminando-se com ele a possibilidade de um amplo debate sobre diferentes propostas arquitetônicas, quem sabe abertas à população por meio de veículos não especializados.

Uma proposta mais ousada e pretensiosa, que contasse com a participação popular dentro de um debate arquitetônico para um espaço público e que logo seria ocupado em meio às mais importantes manifestações cívicas vistas nas últimas duas décadas no país, contribuiria para levar a arquitetura a uma posição ao menos mais próxima do centro das discussões. Fornecer um espaço público de qualidade para discutir a própria produção e ocupação desses espaços em uma cidade que peca tanto pela escassez desses espaços, como por um convívio social harmonioso (evidenciado pelos constantes conflitos e disputas não apenas na Praça Roosevelt, mas em diversas regiões, do centro às periferias) seria o mínimo esperado de um projeto arquitetônico voltado a uma praça com o histórico da Roosevelt.

Em seu lugar, um projeto simples, neutro, basicamente um “*grande espaço vazio (...) de formas totalmente indefinidas*” (REIS, apud YAMASHITA, 2013, p:361), não uma praça, mas “*a ocupação da cobertura de um túnel viário*” (COSTA, apud YAMASHITA, 2013, p:380), uma laje carente de usos que não propicia espaços de convívios na dimensão que uma cidade como São Paulo deveria comportar. Estas explicações, utilizadas por arquitetos para descrever o estado da Praça Roosevelt **antes** das intervenções, podem tranquilamente ser deslocados para a condição atual da praça, revelando a total ausência de um novo projeto. Quem sabe, em uma próxima etapa, não possamos nos debruçar novamente sobre a Praça Roosevelt a fim de questionar seus antigos fundamentos e, aí sim, propor uma *nova* praça, um espaço público que possa ser aproveitado pela população como um todo, contribuindo para a crítica e para a produção da arquitetura do espaço urbano.

Por enquanto, fica a suspeita de que o fantasma de Jane Jacobs ainda permanecerá sobre nós por algum tempo, causando espanto sobre muitos arquitetos e urbanistas e reaparecendo de tempos em tempos como se fosse ainda uma grande novidade.

⁴ Segundo o arquiteto Rubens Reis, a elaboração de um concurso teria que passar pela elaboração de um edital com o risco do resultado final trazer problemas devido à inexperiência de alguns profissionais em lidarem com a relação de áreas públicas e sua gestão e administração, além do caráter midiático que algumas propostas podem trazer, conforme entrevista à Kelly Yamashita, apud YAMASHITA, 2013: 366.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida para a viabilização da pesquisa da qual faz parte este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALEX, Sun. *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008;
- ANELLI, Renato Luis Sobral. *Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB*. *Arquitextos*, 082.00, ano 07, mar 2007.
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259> Acesso: 12\09\2013.
- ARANGO, Sílvia. *O juízo em arquitetura*. Apud SEGAWA, Hugo; QUINTANA, Ingrid; SILVA, Aline de Figuerôa (Orgs.). *Crítica de Arquitetura: ensaios Latino-americanos*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 15-29;
- CARNEIRO, Henrique Soares. *Rebeliões e ocupações de 2011: apresentação*. Apud HARVEY, David... et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7-14;
- DIAS, Marcos de Souza. *Praça Roosevelt, São Paulo*. *Revista Acrópole*, n.380, dez 1970, p. 11-21.
- GREGOTTI, Vittorio. *O exercício do detalhe*. Apud Nesbitt, K. (org). *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011;
- MONTANER, Josep María. *Arquitectura y crítica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.
- REVISTA LABVERDE. *Entrevistas: "a nova Praça Roosevelt"*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projeto. LABVERDE – Laboratório Verde – v.1, n.6, junho de 2013. São Paulo: FAUUSP, 2013, p. 237-259.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SEGAWA, Hugo. *Perguntas oportunas, respostas tortas*. Apud SEGAWA, Hugo; QUINTANA, Ingrid; SILVA, Aline de Figuerôa (Orgs.). *Crítica de Arquitetura: ensaios Latino-americanos*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 175-192;
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Territórios: presente y futuros, arquitectura en la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.
- YAMASHITA, Kelly Yumi. *Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013. Orientador Miguel Antonio Buzzar.